



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO (CONATRAE)

1 No dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e dois, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada
2 a Reunião Ordinária Virtual da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo
3 (CONATRAE). Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Bruno Tempesta,
4 Coordenador-Geral de Combate ao Trabalho Escravo - CGCTE/Secretário Executivo da
5 CONATRAE; Camila Melo de Assis, Coordenadora de Apoio Substituta da CGCTE; Cátia de
6 Araújo Silva, Assistente da CGCTE; Herbert Borges Paes Barros, Diretor do DEPDDH/MMFDH e
7 Coordenador da CONATRAE; Luís Henrique Ramos Lopes, Ministério do Trabalho e Previdência
8 (MTP); Leif Raoni de Alencar Nass, Ministério do Trabalho e Previdência – MTP; Kátia de
9 Carvalho Cavalcanti, Secretária da CGCTE. Representantes de Entidades Privadas Não
10 Governamentais: André Eduardo Dorster Araújo, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça
11 do Trabalho (ANAMATRA); Carlos Eduardo Chaves Silva, Confederação Nacional dos
12 Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais (CONTAR); Luiz Fabiano de Oliveira Rosa,
13 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Xavier Jean Marie Plassat, Comissão
14 Pastoral da Terra (CPT). Membros Observadores: Anne Caroline Grudtner, CGSAT/MS; Bruno
15 Martins Mano, ANPT; Camilla Del Isoda Diniz, CONATRETRAP; Fernanda Carvalho, OIT;
16 Guilherme Rojas, DPU; João Gabriel Dadault, PRF; Lucas Marinho Lima, CNI; Lys Sobral
17 Cardoso, MPT; Haman Tabosa de Moraes, DPU; Mario Luiz Guerreiro, AGU; Patrícia Lacerda,
18 ITD; Italvar Filipe de Paiva Medina, MPT; Iraci Bacci, PADF; Ricardo Rezende, GPTEC.
19 COETRAEs: Brendah Rocha, COETRAE/MA; Bibiana Waquil Campana, COETRAE/RS; Paula
20 Collela, SEDH; Daniela dos Reis, COETRAE/PA. Outros participantes: Barbara Pereira dos
21 Cravos; Daniel Pereira, Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MC); Niusarete
22 Margarida de Lima, Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MC); Luciana de Rezende
23 Campos, Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MC); Patrícia Pereira Rodrigues;
24 Wellington Luis Xavier; Coronel Magno; Maria, OIM; Paulo Sérgio Almeida, ONU; Denise
25 Cavalcanti, MTP; Ornela, PRF. Dando início aos trabalhos, seguiu-se ao Item 1. Abertura: O Sr.
26 Herbert Borges Paes Barros, Coordenador da CONATRAE, realizou a abertura da reunião



27 cumprimentando e dando boas-vindas a todos. Em seguida, passou-se ao Item 2. Posse dos
28 membros eleitos no processo de Seleção dos representantes da Comissão Nacional de Erradicação
29 do Trabalho Escravo, de entidades não governamentais privadas, para o biênio 2022-2024, bem
30 como dos novos representantes dos órgãos do poder público: A pedido do Coordenador do
31 CONATRAE, a Sra. Camila Melo de Assis registrou a presença dos representantes eleitos da
32 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).
33 Em seguida, realizou a leitura da Portaria nº 2.128, de 26 de agosto de 2022, que designa os
34 seguintes representantes para compor a CONATRAE no biênio de 2022-2024: I - do Ministério da
35 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: a) titular: Eduardo Miranda Freire de Melo; e b)
36 suplente: Herbert Borges Paes de Barros; II - do Ministério da Justiça e Segurança Pública: a)
37 titular: Henrique Oliveira Santos; e b) suplente: Eduardo Augusto Maneta; III - do Ministério do
38 Trabalho e Previdência: a) titular: Luiz Henrique Ramos Lopes; e b) suplente: Leif Raoni de
39 Alencar Naas; IV - do Ministério da Cidadania: a) titular: Danyel Iório de Lima; e b) suplente:
40 Robert Paula Gouveia; V - das entidades não governamentais privadas, reconhecidas nacionalmente
41 e que possuam atividades relevantes relacionadas com o combate ao trabalho escravo: a)
42 Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho: 1. Titular: Luiz Antonio Colussi; e 2.
43 Suplente: André Eduardo Dorster Araújo; b) Comissão Pastoral da Terra: 1. Titular: Xavier Jean
44 Marie Plassat; e 2. Suplente: Brígida Rocha dos Santos; c) Confederação Nacional dos
45 Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais: 1. Titular: Carlos Eduardo Chaves Silva; e 2.
46 Suplente: Gabriel Bezerra Santos; e d) Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil: 1. Titular:
47 Luiz Fabiano de Oliveira Rosa; e 2. Suplente: Welber Pereira dos Santos. Com a palavra, o Sr.
48 Herbert Borges Paes Barros agradeceu a Comissão e a equipe da CGCTE que organizaram o
49 processo de eleição das entidades não governamentais privadas para o biênio 2022-2024. De modo
50 simbólico, deu a posse aos novos membros e agradeceu também os membros que cumpriram o
51 mandato anterior. Abrindo para manifestações, o Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva agradeceu a
52 equipe do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) pelo apoio dado na
53 organização do processo seletivo que garantiu tranquilidade, transparência, participação e a
54 democracia. O Sr. Bruno Tempesta agradeceu pelas palavras e comunicou que estava se desligando
55 da CGCTE a seu pedido. Reconheceu a oportunidade dada junto à Coordenação-Geral e
56 convivência com todos os membros da CONATRAE. O Sr. Herbert Borges Paes Barros registrou o
57 seu agradecimento à dedicação e ao compromisso do Sr. Bruno Tempesta, o qual valorizou o



58 trabalho da equipe e buscou manter uma relação cordial. O Sr. Luiz Fabiano de Oliveira Rosa
59 endossou as palavras do Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva agradecendo todos os envolvidos no
60 processo seletivo da CONATRAE. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva lamentou a saída do Sr.
61 Bruno Tempesta e agradeceu-o pelo trabalho realizado, desejando-o sucesso, o que também foi
62 endossado pelo Sr. Xavier Jean Marie Plassat. O Sr. Herbert Borges Paes Barros registrou que ainda
63 não havia informações sobre a substituição do Sr. Bruno Tempesta, destacando que quando
64 houvesse qualquer notícia seria compartilhada com a CONATRAE. Em seguida, passou-se ao Item
65 3. Leitura e Aprovação da Pauta do dia, que estava composta pelos seguintes itens: 1. Abertura
66 (Coordenação da CONATRAE); 2. Posse dos membros eleitos no processo de Seleção dos
67 representantes da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, de entidades não
68 governamentais privadas, para o biênio 2022-2024, bem como dos novos representantes dos órgãos
69 do poder público (Coordenação da CONATRAE); 3. Leitura e Aprovação da Pauta do dia
70 (CGCTE); 4. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 29/06/2022 (CGCTE); 5. Informações
71 referentes à Operação Acolhida (DPU, MC); 6. Apresentação dos resultados da Operação Resgate II
72 (MTP); 7. Relatório SIT 2021 (CPT); 8. COETRAEs e compromisso dos estados no combate ao
73 Trabalho Escravo (CPT); 9. Concurso público para a carreira de Auditor Fiscal do Trabalho (CPT);
74 10. Formação da Polícia Rodoviária Federal em Direitos Humanos (CPT); 11. Caso Fazenda
75 Princesa em Uruaçu/GO (CPT); 12. Caso José Pereira – Fazenda Espírito Santo/PA (CPT); 13.
76 Carta-compromisso contra o Trabalho Escravo – Eleições 2022 (CPT); 14. Grupo de discussão para
77 definir o Encontro e fortalecimento das COETRAEs (CGCTE); 15. Informes; 16. Encerramento.
78 Colocada a pauta em apreciação e não havendo nenhuma sugestão de alteração, a pauta foi
79 aprovada pela unanimidade dos presentes. Dando sequência, passou-se ao Item 4. Aprovação da
80 Ata da Reunião Ordinária de 27/04/2022 - (CGCTE): Não havendo retificações, a Ata foi
81 considerada aprovada pela unanimidade dos presentes. Ato contínuo, passou-se ao Item 5.
82 Informações referentes à Operação Acolhida (DPU, MC): O Sr. Guilherme Rojas esclareceu que
83 solicitou a inclusão desse item de pauta devido a realização de operação pela COETRAE/SP, na
84 qual se encontrou em situação análoga à escravidão, em Cafelândia/SP, dois venezuelanos
85 interiorizados através da Operação Acolhida. Observou que a documentação desses trabalhadores
86 era muito frágil, o que trazia total impossibilidade do suposto empregador acerrar com as
87 responsabilidades a ele atribuídas. Destacou que havia a solicitação de mais 20 trabalhadores por
88 meio da Operação Acolhida por este empregador, que se apresentou como empreiteiro e possuía



89 CNPJ inadequado à atividade realizada. Informou que a intermediação foi realizada por um
90 sargento do Exército Brasileiro e não houve nenhuma comunicação por meios oficiais, sendo que,
91 diante esse fato, a Defensoria Pública da União (DPU) decidiu oficializar todas as organizações
92 competentes. O Sr. Italvar Filipe de Paiva Medina complementou discorrendo que foi observado a
93 não existência de critério preciso para garantir os direitos desses trabalhadores durante a
94 internalização. Comunicou que o Ministério Público do Trabalho (MPT) possui Grupo de Trabalho
95 para tratar desse tema específico, o qual estaria planejando o agendamento de reunião com os
96 responsáveis pela Operação Acolhida. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros compreendeu que a
97 perspectiva desse tema não seria expor o caso específico e sim pensar coletivamente como garantir
98 os melhores procedimentos. Concedida a palavra, a Sra. Niusarete Margarida de Lima realizou
99 apresentação sobre a Operação Acolhida, destacando e explicando sobre os seguintes pontos:
100 definição, governança e pilares da Operação Acolhida; estratégias de acolhimento e interiorização
101 (definição, governança, interiorização – modalidades e fluxos); atuação da rede Sistema Único de
102 Assistência Social (SUAS) fora da Operação (repasso de recursos emergenciais, acesso a benefício
103 sociais e apoio técnico a estados e municípios). Explanou que o caso citado representava 0,24% do
104 percentual de migrantes interiorizados pela Operação Acolhida por vaga de emprego. Por fim,
105 afirmou que estavam preparados para qualquer denúncia, todavia, salientou a importância de todos
106 os órgãos de direito e de fiscalização conhecessem os procedimentos, tendo em vista que a
107 Operação Acolhida seria um projeto do governo federal considerado referência no mundo. O Sr.
108 Herbert Borges Paes de Barros agradeceu pela presença e externou a sua satisfação pela
109 apresentação. Comentou que o principal objetivo seria conhecer o trabalho e os processos da
110 Operação Acolhida para que possam aperfeiçoar essa boa prática reconhecida em todo mundo. O
111 Sr. Guilherme Rojas pontuou que o caso citado seria isolado, porém, destacou a fragilidade
112 documental, tendo em vista que o empregador apresentou primeiramente CNPJ de uma empreiteira
113 paulista que na realidade seria um CNPJ de Microempreendedor Individual (MEI). Esclareceu que o
114 objeto da atividade econômica estava registrado como venda de bijuterias e posteriormente foi
115 alterado para atividades de empreita e que eram precárias as condições do local que abrigava os
116 trabalhadores e o próprio empregador, o que demonstrava a falta de capacidade econômica para
117 realizar esse tipo de operação. Diante esse fato, sugeriu que fossem definidas algumas alternativas,
118 como a exigência de carteira assinada antes da interiorização. Colocou-se à disposição para compor
119 um grupo de trabalho interinstitucional para aperfeiçoamento das práticas e evitar que essa situação



120 ocorra novamente. O Sr. Ricardo Rezende solicitou esclarecimentos sobre as dificuldades
121 enfrentadas pela Operação Acolhida e questionou quantos migrantes foram interiorizados no Rio de
122 Janeiro no período de pandemia. A Sra. Bibiana Waquil Campana refletiu que a interiorização tem
123 gerado diversas repercussões que são amplamente desconhecidas pelas redes locais de migração
124 pela falta de diálogo do governo federal com os municípios ou pelas fragilidades dos vínculos
125 empregatícios estabelecidos. Informou que o Comitê de Migração do Estado do Rio Grande do Sul
126 sinalizou a falta de comunicação aos governos locais da chegada de voos com migrantes
127 interiorizados e relatou sobre a criação do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para
128 Refugiados e Migrantes, composto por diferentes comitês e conselhos estaduais, sugerindo que
129 fosse realizada discussão com esse Fórum para tentar construir as estratégias e alternativas
130 necessárias. Em resposta aos questionamentos, a Sra. Niusarete Margarida de Lima informou que o
131 Subcomitê Federal de Interiorização de migrantes venezuelanos estaria trabalhando em conjunto
132 com a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) justamente na busca de procedimento. Com relação
133 às dificuldades, ponderou que o trabalho com o fluxo migratório, com uma situação de emergência
134 em uma fronteira em que os serviços são insuficientes para atender até a demanda local, seria
135 desafiante. Registrou que um desafio seria a acolhida humanitária coordenada pelos entes federados
136 e informou que o quantitativo de pessoas interiorizadas estaria disponível pelo *link* disponibilizado
137 do Painel Interativo. Afirmou que foram realizadas várias articulações e apresentações no estado do
138 Rio Grande do Sul, ponderando que o que pode ter acontecido seria a alteração do ponto focal sem
139 que houvesse o repasse das informações. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva entendeu que seria
140 importante pensar na constituição de grupo de trabalho para tentar encontrar uma forma de atuação
141 coletiva em relação aos migrantes. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros comentou que
142 acompanhava a Operação Acolhida e entendeu que o grande desafio seria atuar na emergência
143 protegendo os direitos humanos e considerado as situações de extra vulnerabilidade. Afirmou que
144 havia um trabalho gigantesco e salientou que a Operação Acolhida tem sido considerada uma boa
145 prática e estudada como mecanismo de adaptação de outros estados para fazer um bom
146 acolhimento. Registrou que o MMFDH teria algumas responsabilidades, sendo que estariam
147 trabalhando uma parceira com Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto-
148 Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para o desenvolvimento de
149 cartilhas e orientações específicas direcionados aos migrantes. Explanou que a rede de comissões
150 estaduais para erradicação do trabalho escravo, as COETRAEs, estariam à disposição e sugeriu que



151 fosse aproveitada a rede de contatos do Subcomitê nos estados para apresentar o Fluxo Nacional de
152 Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo. O Sr. Haman Tabosa de Moraes ressaltou que a DPU
153 seria parceira da Operação Acolhida e explicou que exposição desse caso teria como objetivo a
154 busca de aperfeiçoamento do serviço prestado pelo Estado Brasileiro para esses migrantes. A Sra.
155 Niusarete Margarida de Lima agradeceu todas as colocações e informou sobre a pesquisa realizada
156 pelo ACNUR junto com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que demonstrou
157 aumento de emprego e de renda da população interiorizada durante a pandemia em todas as
158 modalidades. Explanou que estava sendo utilizada a experiência adquirida na época do fluxo
159 haitiano para que pudessem ter o controle da migração venezuelana e informou que foi realizada
160 parceira com o ACNUR, na qual foram feitos seminários com os municípios para apresentação de
161 boas práticas na área de atendimento ao migrante, as quais serão lançadas por meio de publicação.
162 Registrou que a OIM possui o Projeto Migra Cidades que seria um selo para os municípios que
163 possuem boas práticas com relação ao acolhimento dos migrantes e relatou que estão qualificando
164 mais as equipes dos Centros de Coordenação de Interiorização para que tivessem um olhar mais
165 amplo com relação à necessidade de orientações dessas pessoas. Destacou sobre a importância dos
166 fóruns locais se preparem e trabalhem de acordo com as peculiaridades do seu território, buscando
167 organizar as redes locais para acolher os migrantes. O Coronel Magno agradeceu pela oportunidade
168 e frisou que foi feita a revisão de todos os processos após a constatação desse caso citado, sendo
169 implementadas melhorias. Com a palavra, a Sra. Maria afirmou o compromisso da OIM e o Sr.
170 Paulo Sérgio Almeida salientou que o ACNUR tem apoiado o governo brasileiro e outras agências
171 desde o início do processo e compreendeu que seria fundamental viabilizar estratégias para
172 integração dos migrantes venezuelanos no território brasileiro. A Sra. Denise Cavalcanti
173 complementou discorrendo que as equipes atuam diuturnamente para auxiliar e promover a
174 interiorização das migrantes e refugiados que adentram ao país com pedidos de residência
175 temporária ou de refúgio. Informou que o Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), desde
176 fevereiro 2022, tem feito articulações, elencando-as. Feitas todas as manifestações, passou-se ao
177 Item 6. Apresentação dos resultados da Operação Resgate II: O Sr. Luís Henrique Ramos Lopes
178 explanou que a Operação Resgate II contou com mais de 100 auditores, 150 agentes da Polícia
179 Federal (PF), 80 agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), 44 procuradores do MPT, 12
180 defensores da DPU e 10 procuradores do Ministério Público Federal (MPF), além de uma rede de
181 apoio ao trabalhador resgatado. Destacou que foram resgatados 337 trabalhadores em condições



182 análogas à de escravo encontrados pela Inspeção do Trabalho e foram realizadas 105 ações (37 com
183 resgate), os quais resultaram em: 1.124 trabalhadores alcançados, 337 trabalhadores resgatados, 149
184 vítimas de tráfico de pessoas, 684 trabalhadores sem registro, 13 crianças e adolescentes em
185 situação de trabalho infantil, cinco crianças e adolescentes em situação de trabalho escravo infantil,
186 14 termos de embargos e interdição, 713 autos de infração lavrados e R\$ 3.821.108,84 em verbas
187 rescisórias calculadas. Explanou que foram realizadas ações em 23 estados (não houve ação no AP,
188 RN, RR e SE), sendo os estados que mais receberam ações foram Minas Gerais (21), Bahia (11) e
189 Espírito Santo (9) e que tiveram maior número de trabalhadores resgatados foram Goiás (91), Minas
190 Gerais (78) e Acre (37). Postulou que as atividades que receberam mais ações foram cultivo do café
191 (17), serviços domésticos (15) e criação de bovinos (9) e com maior número de trabalhadores
192 resgatados serviços de colheita (95), cultivo de café (77) e criação de bovinos (49). Por fim, relatou
193 que houve alguns casos emblemáticos especialmente relacionados ao trabalho doméstico,
194 destacando o caso de uma clínica de usuários de drogas em que encontraram os seus pacientes em
195 situação análoga à escravidão. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros parabenizou todos os
196 envolvidos na Operação Resgate II, abrindo o momento para questionamentos. O Sr. Xavier Jean
197 Marie Plassat observou que apenas três das 34 operações realizadas que resultaram em algum
198 resgate estavam na Amazônia e ponderou que seria surpreendente essa proporção, questionando se
199 o motivo dessa situação seria a falta de recursos suficientes para garantir a operação. Em resposta, o
200 Sr. Luís Henrique Ramos Lopes explicou que a Operação era um esforço concentrado para verificar
201 as denúncias existentes, porém, afirmou que possuem problemas com relação à falta de fiscais. O
202 Sr. Xavier Jean Marie Plassat informou que a CPT realizou prévia de 1.500 resgate em 2022, sendo
203 1.432 pela SIT. Destacou que apenas 175 resgates foram realizados na região da Amazônia e mais
204 de 660 resgates apenas no estado de Minas Gerais, refletindo que os dados demonstram que existe
205 mais trabalho escravo nesse estado, mas, talvez, fosse o contrário. O Sr. Herbert Borges Paes de
206 Barros discorreu que o comentário seria oportuno e poderia ensejar uma reunião entre a CPT, SIT e
207 outros atores para refletir sobre a situação da região norte do país. Seguindo, passou-se ao Item 7.
208 Relatório SIT 2021: O Sr. Xavier Jean Marie Plassat ponderou sobre a dificuldade de
209 disponibilização do Relatório SIT 2020 elaborado em parceria com a Organização Internacional do
210 Trabalho (OIT), entretanto, informou que foi disponibilizado hoje. Questionou quando será
211 disponibilizado o Relatório SIT 2021. O Sr. Luís Henrique Ramos Lopes relatou que o Relatório
212 SIT 2020 foi publicado hoje na página da SIT referente ao trabalho escravo e informou que o



213 Relatório de 2021 ainda estava em elaboração, destacando que a ideia seria publicar esses relatórios
214 anualmente. Prosseguindo, passou-se ao Item 8. COETRAEs e compromisso dos estados no
215 combate ao Trabalho Escravo: O Sr. Xavier Jean Marie Plassat recordou que esse item tratava de
216 outros subitens já iniciados na reunião anterior da CONATRAE, sendo: (i) aprovação de realização
217 de visita à COETRAE/RO; (ii) elaboração e envio de expediente à COETRAE/TO resgatando os
218 encaminhamentos da reunião realizada junto ao MPF; (iii) andamento da criação de curso para os
219 gestores estaduais, visando demonstrar a importância de trabalho articulado entre a Comissão
220 Nacional e as COETRAEs; (iv) estabelecimento de fluxo permanente de comunicação entre as
221 COETRAEs e a CONATRAE para construção de encontro nacional em 2023; e (v) criação de
222 grupo de discussão sobre as COETRAEs para elaboração de indicativos de solução em relação a
223 possíveis fragilidades encontradas, com competência para discutir sobre o Encontro Nacional das
224 COETRAEs e a implementação efetiva do Fluxo Nacional de Atendimento e com a seguinte
225 composição: Mércia Silva (InPacto); Natália Suzuki (Repórter Brasil); Ana Carolina Romão (MPF);
226 Vera Jatobá (SINAIT); Italvar Filipe de Paiva Medina ou Lys Sobral Cardoso (MPT); e Xavier Jean
227 Marie Plassat (CPT). O Sr. Herbert Borges Paes de Barros observou que neste último período houve
228 um estrangulamento da equipe com situações de adoecimento e férias, causando prejuízos na
229 capacidade de articulação e organização de reunião. Com relação aos pontos indicados, discorreu
230 que havia expectativa em relação à COETRAE/RO de receber algum aporte de informações da
231 procuradora do trabalho do estado e, na sequência, organizar a visita, sendo que ainda estão
232 aguardando essas informações. Quanto à COETRAE/TO, questionou a equipe da CGCTE sobre a
233 elaboração de documento. A Sra. Camila Melo de Assis afirmou que não teria conhecimento sobre
234 a elaboração desse documento. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat informou que a pressão exercida
235 pelo MPF e o MPT tem surtido efeito, visto que foi elaborada portaria informando quais seriam os
236 representantes do estado na COETRAE/TO. Desde essa portaria, explanou que foram realizadas
237 duas reuniões, todavia, ainda não foi indicado representante da Secretaria Estadual de Assistência
238 Social, a qual seria crucial para abordar e contribuir com a questão do fluxo e da estratégia do Plano
239 de Erradicação do Trabalho Escravo. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros afirmou que tentariam
240 elaborar o expediente e encaminhá-los ainda nesta semana à COETRAE/TO. A Sra. Lys Sobral
241 Cardoso informou que receberam o pedido de apoio à COETRAE/AM e à COETRAE/SE, os quais
242 foram criadas e não possuem articulação efetiva. Com relação ao curso, o Sr. Herbert Borges Paes
243 de Barros relatou que estava sendo trabalho curso *online* para os agentes de segurança dos estados,



244 o qual deve estar disponibilizado ao público em 2023. Explanou que a limitação da equipe também
245 comprometeu o encaminhamento em relação à criação de grupo de discussão para tratar sobre o
246 Encontro Nacional das COETRAEs e a implementação efetiva do Fluxo Nacional de Atendimento.
247 Lembrou que estavam aguardando a confirmação da possibilidade de financiamento do Encontro
248 Nacional ser fruto de um dos acordos que estavam em negociação sob liderança da Advocacia-
249 Geral da União (AGU) com a participação do MMFDH e do MTP com empresas que estavam
250 prestes a entrar no cadastro de empregadores. Elucidou que essa informação será confirmada. Com
251 a palavra, o Sr. Xavier Jean Marie Plassat destacou que a necessidade de aprovação do grupo e
252 compreendeu que poderiam ter um pouco mais de tempo para organizar o Encontro Nacional. O Sr.
253 Herbert Borges Paes de Barros ponderou que seria uma boa ideia para que o grupo realizasse
254 diálogos bilaterais com as COETRAEs. Observou que haveria alguns grupos em aberto que ainda
255 não apresentaram os seus relatos para apreciação do plenário da CONATRAE, sendo eles: grupo de
256 discussão para elaboração do III Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, grupo de
257 discussão sobre as COETRAEs; grupo de discussão sobre a carreira do Auditor Fiscal do Trabalho;
258 grupo de discussão sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo; e grupo de discussão sobre o
259 trabalho doméstico. Colocou os temas para reflexão do plenário, sugerindo dá prioridade aos grupos
260 de discussão referente às COETRAEs, fluxos de informações e fortalecimento da fiscalização do
261 trabalho. O Sr. Luís Henrique Ramos Lopes observou que não haveria espaço para aprovação da
262 realização de concurso público para o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho nesse momento devido
263 ao cenário vivido e informou que houve o aumento das diárias em julho/2022 de todo o Executivo,
264 o que traria impactos, uma vez que o orçamento permanecia o mesmo. Passando ao Item 9.
265 Concurso público para a carreira de Auditor Fiscal do Trabalho: O Sr. Herbert Borges Paes de
266 Barros recordou que haviam acordado em levar o assunto ao Gabinete da Ministra da Mulher, da
267 Família e dos Direitos Humanos para que pudesse dialogar com o Ministro do Trabalho e
268 Previdência a fim de que houvesse uma manifestação sobre o tema ainda em 2022. Registrou que
269 esse dia seria a data limite para apresentação da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para
270 2023, entendendo que seria oportuno realizar a manifestação mesmo que houvesse a perspectiva de
271 realização de concurso público ainda nesse exercício. Informou que a Ministra ficou sensibilizada e
272 estariam aguardando o agendamento do despacho para levar a questão ao Gabinete conforme
273 solicitado. Ato contínuo, passou-se ao Item 10. Formação da Polícia Rodoviária Federal em
274 Direitos Humanos: O Sr. Xavier Jean Marie Plassat lembrou que o representante da PRF havia se



275 comprometido em trazer informações sobre a eventual retirada dos conteúdos de direitos humanos
276 dos cursos de formação dos agentes da PRF, questionando se haveria outras informações sobre o
277 assunto. A Sra. Ornela esclareceu que não poderia falar em nome da PRF, uma vez que o tema de
278 direitos humanos estaria sendo tratado no curso de formação com transversalidade em todas as
279 matérias. Informou que haveria cursos específicos em direitos humanos com solicitação em
280 andamento para os agentes, sendo eles o curso de enfrentamento aos crimes de contra os direitos
281 humanos e de introdução aos direitos humanos. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros postulou que
282 poderia formalizar uma solicitação para que houvesse um posicionamento oficial da PRF e
283 informou que alguns das instituições presentes nessa reunião estavam recebendo financiamento
284 estrangeiro para trabalhar com a formação de agentes de segurança, destacando que poderiam juntar
285 esforços. A Sra. Iraci Bacci discorreu que o curso estaria na fase de estudo de prevalência, visto que
286 estava sendo pensada na possibilidade de oferecimento do curso em duas modalidades, a primeira
287 presencial focada nos agentes policiais do estado do Paraná e a segunda de forma *online* para
288 abarcar o maior número de pessoas possíveis. O Sr. João Gabriel Dadault discorreu que o Sr.
289 Henrique lhe informou sobre a demanda, porém, não houve evolução. Feitos os esclarecimentos
290 sobre a demanda pelo Sr. Xavier Jean Marie Plassat, notificou que foram aprovados um curso
291 introdutório e outro avançado voltados especificamente ao combate dos crimes contra os direitos
292 humanos. Arrazoou que a disciplina de direitos humanos será ministrada no atual curso de formação
293 policial em formato EaD. Seguindo, passou-se ao Item 11. Caso Fazenda Princesa em Uruaçu/GO:
294 O Sr. Xavier Jean Marie Plassat discorreu que o proprietário da Fazenda Princesa, na qual foram
295 resgatados três trabalhadores, conseguiu retirar o seu nome da lista do Cadastro de Empregadores
296 que submetem trabalhadores a condições análogas à de escravo, alegando o cumprimento de
297 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPT. Além disso, registrou que o proprietário
298 estava contestando na justiça federal a fiscalização realizada, o qual conseguiu decisão
299 desconstruindo a fiscalização. Externou surpresa pelo pedido do MPF à juíza federal que proferiu a
300 decisão de que os trabalhadores denunciante fossem denunciados por denúncia caluniosa, a qual
301 deferiu o pedido. Compreendeu que o fato merecia uma análise profunda da CONATRAE. O Sr.
302 Herbert Borges Paes de Barros externou a sua preocupação com o caso relatado e compreendeu que
303 seriam necessárias mais informações para elaboração de posicionamento da Comissão. O Sr. Mario
304 Luiz Guerreiro alegou que não havia conhecimento sobre o caso e o Sr. Luís Henrique Ramos
305 Lopes discorreu que não estava atualizado sobre o caso e ponderou que traria as informações na



306 próxima reunião. Finalizadas as manifestações, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros explanou que
307 seriam reunidos mais dados para que possam realizar alguma ação e lembrou que outro grupo de
308 discussão aberto seria dos encaminhamentos de pós pesquisas de ações judiciais. Dando sequência,
309 passou-se ao Item 12. Caso José Pereira – Fazenda Espírito Santo/PA: O Sr. Xavier Jean Marie
310 Plassat reforçou a orientação existente referente à imprescritibilidade de crimes contra a
311 humanidade e informou que a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região acolheu o
312 recurso do MPF e reconheceu essa imprescritibilidade. Relatou que o Juiz Federal Marcelo
313 Onorato, em 2019, havia declarado extinta punibilidade a três acusados em decorrência de suposta
314 prescrição dos crimes cometidos em 1989 contra José Pereira, com 17 anos, em Sapucaia na
315 Fazenda Espírito Santo. Explanou que essa questão deu base a ação da CPT junto à Comissão
316 Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e afirmou que o relator Juiz Erico Pinheiro declarou
317 em seu voto que não haveria dúvidas de que estavam diante de imputação de grave violação dos
318 direitos humanos assim reconhecida pelo próprio Estado Brasileiro perante organismo internacional
319 do qual o Brasil faz parte. Relatou que, com essa decisão, os autos seriam remetidos ao juiz de
320 origem para regulação do procedimento da ação penal. Com a palavra, o Sr. Herbert Borges Paes de
321 Barros compreendeu que esse caso abriria caminho para várias possibilidades, entre elas, a
322 realização de diálogo sobre o tema com o CNJ, que tem se dedicado a criação de observatório de
323 decisões da Corte Interamericana dos Direitos Humanos e iniciativas de aprimoramento de controle
324 de convencionalidade. Prosseguindo, passou-se ao Item 13. Carta-compromisso contra o Trabalho
325 Escravo – Eleições 2022: O Sr. Xavier Jean Marie Plassat informou que essa Carta-compromisso
326 foi encaminhada aos membros da Comissão junto com a convocatória da reunião, a qual retoma os
327 mesmos pontos indicados nas cartas anteriores, elencando-os. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros
328 ponderou que a ideia seria que o documento fosse da CONATRAE, colocando-o para análise dos
329 membros. Informou que o MMFDH não teria condições de assinar um documento como esse
330 devido ao período eleitoral. O Sr. Luiz Fabiano de Oliveira Rosa arrazoou que seria necessário
331 internalizar o documento para que fosse tomada alguma decisão sobre a adesão pela CNA. Diante
332 essa manifestação, definiu-se como encaminhamento de que seria dado prazo até 6 de setembro de
333 2022 para manifestação das entidades sobre o documento. Passando ao Item 14. Grupo de discussão
334 para definir o Encontro e fortalecimento das COETRAEs: A Sra. Camila Melo de Assis observou
335 que o referido item já foi tratado em momento anterior. Seguindo, passou-se ao Item 15. Informes:
336 O Sr. Herbert Borges Paes de Barros informou que foram procurados pela *Partners of the Americas*



337 que pretende participar do edital do Departamento de Trabalho Norte-Americano para questões
338 relacionadas ao trabalho escravo na região de fronteira do Brasil com o Paraguai. Explanou que
339 foram realizados os diálogos iniciais e comprometeram-se em retomar esse diálogo quando fosse
340 elaborada a proposta. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat apresentou breve contextualização do edital,
341 observando que haveria várias candidaturas em confronto, uma vez que o edital destinaria o recurso
342 para um consócio de entidades. Salientou que, talvez, não seria bem-vindo o MMFDH ou a
343 CONATRAE apoiar uma coalisão norte-americana quando existe uma coalisão em construção no
344 Brasil. A Sra. Lys Sobral Cardoso informou sobre a existência de proposta de acordo sobre o caso
345 da Construtora MRV na ação anulatória dos autos de infração em Minas Gerais, a qual houve
346 procedência em primeiro grau. Afirmou que o MPT não concordaria com o acordo, inclusive, pela
347 indicação de dano moral coletivo. A Sra. Camila Melo de Assis agradeceu os elogios realizados no
348 início da reunião e despediu-se de todos, uma vez que a Sra. Andreia estaria retornando da sua
349 licença. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros registrou o ressentimento com a saída da Sra. Camila
350 Melo de Assis, afirmando que a sua colaboração foi ímpar e a desejou sucesso. A Sra. Patrícia
351 Lacerda realizou uma breve apresentação da sua representação, colocando o Instituto de Trabalho
352 Decente (ITD) à disposição. A Sra. Cátia de Araújo Silva deu boas-vindas aos novos membros da
353 CONATRAE e agradeceu pelo apoio dado. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat agradeceu o trabalho
354 realizado pela Sra. Camila Melo de Assis e registrou que a Sra. Mércia Silva possui o entendimento
355 de que seria necessário um cronograma mais ajustado que permita a organização do tempo da
356 CONATRAE. Registrado que as próximas reuniões seriam realizadas nos dias 26 de outubro e 7 de
357 dezembro de 2022, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros afirmou que a sugestão da Sra. Mércia
358 Silva seria trabalhada. Ato contínuo, passou-se ao Item 16. Encerramento: Sem mais nada a tratar, o
359 Sr. Herbert Borges Paes de Barros agradeceu a participação de todos, encerrando Reunião Ordinária
360 Virtual da CONATRAE.